

COMENTARIOS SÓBRE A ANÁLISE DE HIRSCHMAN DOS PROBLEMAS ECONÔMICOS (*)

EUGENIO GUDIN (**)

Este livro apresenta uma das melhores análises publicadas nos últimos anos sôbre problemas de desenvolvimento econômico.

Uma virtude do livro consiste, a meu ver, no bom senso e no realismo com que Hirschman analisa o mecanismo do desenvolvimento. O autor não se deixa levar pelo desejo de originalidade que parece ter seduzido economistas do valor de Rostov, de Rosenstein-Rodan e até de Nurkse, ao traduzirem o fenômeno do desenvolvimento em fórmulas de "take-off", de "efeito demonstração" ou de "crescimento balanceado".

Examinando o tema do "crescimento balanceado", declara Hirschman de início — com grande acêrto a meu ver — a sua absoluta discordância com êsse modelo e passa a analisar, no capítulo IV, que é talvez o mais importante do livro, o mecanismo do desenvolvimento não balanceado.

Citando o conceito de Viner no trabalho apresentado ao Congresso de Roma (1956), observa Hirschman que

"da mesma forma que do lado da procura o mercado pode absorver incrementos "não balanceados" de produção nos casos de inovações destinadas a reduzir o custo de produção ou a substituir importações ou ainda no caso de novos produtos, assim também pode haver impulsos isolados do lado da oferta quando os insumos são redistribuídos através de alterações dos preços, de algum desequilíbrio temporário do Balanço de Pagamentos ou de outro setor."

(*) HIRSCHMAN, Albert O. — *The Strategy Of Economic Development*.

(**) Professor-Emérito da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas e Presidente do Instituto Brasileiro de Economia (Fundação Getúlio Vargas).

“Na realidade, o desenvolvimento tem-se processado por essa forma, o crescimento se propagando dos setores líder a outros setores do sistema econômico, de uma indústria a outra, de uma firma a outra. Em outras palavras, o crescimento balanceado que é revelado pela comparação de duas fotografias tiradas em dois pontos diferentes do tempo, é o resultado final de uma série de avanços desiguais de um setor seguido pelo “catching-up” de outros setores.

Nessa descrição real e tão viva do processo de desenvolvimento econômico como êle se processa na realidade, talvez pudesse o autor ter dado mais ênfase aos dois elementos de estabilização automática (automatic stabilizers) que contribuem para o restabelecimento do equilíbrio: o mecanismo dos preços e o comércio exterior.

O mecanismo do desenvolvimento econômico através da sucessão de desequilíbrios e de restabelecimentos do equilíbrio se processa em grande parte através de “investimentos induzidos”, isto é, provocados por investimentos anteriores.

Hirschman cita muito apropriadamente o conceito de Scitovsky em seu trabalho “Two Concepts of External Economies”:

“Os lucros são um indício de desequilíbrio e a magnitude desses lucros no regime de livre concorrência, pode ser tomada como um índice aproximado do grau de desequilíbrio. Os lucros em determinada indústria provocam novos investimentos nessa indústria e esses novos investimentos tendem, por sua vez, a eliminar os lucros que os provocaram.

O mesmo investimento contudo pode provocar lucros em outras indústrias ... os lucros da indústria *B* resultante de uma redução dos preços de *A* provocam o investimento e a expansão na indústria *B*, com o resultado de aumentar a procura por parte de *B* para o produto de *A*, o que, por sua vez, provocará investimentos e expansão em *A*.

O equilíbrio só é atingido quando as doses sucessivas de investimento e de expansão nas duas indústrias, tenham dado lugar à eliminação dos investimentos em ambas.

É somente nesse estágio que o volume do investimento lucrativo na indústria A coincide com o investimento socialmente desejado."

Hirschman observa, com muito acêrto, que as repercussões de uma indústria sobre a outra não se limitam às duas indústrias, senão que se estendem para cima e para baixo, como para direita e para esquerda de toda matriz de insumo-produto.

E é esse número virtualmente infinito de repercussões complementares e de difícil avaliação que explica a futilidade de procurar tudo reduzir a um planejamento central.

Desenvolvendo o conceito de complementaridade nas economias subdesenvolvidas, observa Hirschman que ao passo que as grandes mutações nas economias desenvolvidas têm sua origem em investimentos "autônomos", o principal fator dinâmico nas economias subdesenvolvidas é o dos "investimentos induzidos". "Aqui, escreve Hirschman, o incremento da procura de cerveja por exemplo, conduz não somente a expansão da capacidade das cervejarias, como ao início da produção doméstica de garrafas ou da cultura da cevada e de uma cadeia de outras repercussões similares."



Outro excelente capítulo do livro (capítulo VI) é o que define e desenvolve os conceitos de *entrosamento para diante e para trás* (backwards and forwards linkage effects): a procura derivada, oriunda do entrosamento para trás estimula a produção no país dos insumos necessários. E a utilização do produto através do entrosamento para frente provoca atividades induzidas destinadas a sua utilização. No caso do cimento por exemplo, a manufatura de sacos espessos de papel para embalagem representa um entrosamento para trás e a indústria de blocos de cimento um entrosamento para frente.

Essa noção do entrosamento, dos "linkage effects", é de grande importância para a explicação do mecanismo do desenvolvimento econômico. O defeito do investimento do tipo "enclave" é justamente o de deficiência ou ausência de entrosamento com o resto do sistema econômico. Seria o caso por exemplo, de uma companhia estrangeira que extraísse, transportasse e embarcasse minério,

sem vender suas cambiais, sem pagar impôsto de renda ou outra participação nos lucros.

Hirschman aflora logo às primeiras páginas do seu livro o problema a que estudos recentes se têm referido sob a denominação de “resíduo”, no sentido de que, depois de descontada do incremento do produto a parte imputável ao trabalho e a parte imputável ao capital, aparece um “resíduo” que não é diretamente atribuível ao capital nem ao trabalho e sim a terceiros fatôres. O fato da existência dêsse resíduo mostra como é fútil a crença, tão generalizada nos países subdesenvolvidos, de que o progresso só depende da provisão suficiente de capital.

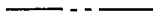
Hirschman aprecia (páginas 30 a 32) o mecanismo e as fórmulas Harrod-Domar em que o potencial do desenvolvimento é função da propensão a economizar, multiplicada pela relação capital-produto, fórmulas de que tanta gente, inclusive a CEPAL, tem largamente abusado para confecção das mais extravagantes extrapolações.

Escreve Hirschman que essas fórmulas, descendentes de Keynes, que visava ao problema da depressão nos países desenvolvidos, têm encontrado seu principal campo de aplicação no planejamento do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. Parece-nos contudo que Hirschman leva ao exagêro (página 32) o conceito oposto, de que nos países desenvolvidos as decisões de economizar e de investir são largamente independentes uma da outra, ao passo que nos países subdesenvolvidos as decisões de economizar e investir são largamente interdependentes. Parece-nos incontestável que a interdependência entre economias e investimentos é manifesta em ambos os tipos de países.

Posteriormente à publicação do livro de Hirschman tem aparecido alguns interessantes trabalhos focalizando e procurando medir a importância do “resíduo”. O artigo de W. B. Reddaway “Progress in British Manufacturing Industries” (*Economic Journal* — março 1960), como o trabalho de O. Aukrust — “Investment and Economic Growth” (“Productivity Measurement Review” — fevereiro 1959) e, muito recentemente, o trabalho apresentado à Conferência de Konstanz pelo Prof. Cairncross, desenvolvem e procuram determinar a ordem de grandeza do “resíduo” não imputável ao trabalho e ao capital.

O assunto, cujo desenvolvimento não cabe nestas notas, é do maior interesse. É entretanto justo notar que, ao descrever as pressões exercidas por umas empresas sobre as outras, Hirschman dá uma boa indicação das “deficiências que debilitam o funcionamento eficiente de muitas dessas empresas nos países subdesenvolvidos.” Por exemplo: 1) insuficiente reinvestimento dos lucros, 2) falta de capacidade para acompanhar o progresso tecnológico no exterior, 3) manutenção da empresa dentro do controle da família, 4) excessiva centralização e indisposição para delegar autoridade, 5) idem para dar uma coordenação eficiente aos trabalhos, 6) relutância em pagar salários adequados nos postos chave da organização, 7) incapacidade de imprimir à organização o sentimento de participação e o espírito de iniciativa, 8) negligência das relações com o pessoal e das relações públicas, 9) planejamento defeituoso ou retardado, 10) precária contabilidade de custos e, “last but not least”, conservação defeituosa da maquinaria e equipamento.

O autor não pretende apresentar esta lista de fatores como explicativa do “resíduo”. Mas se o fizesse não seria fácil organizar outra melhor.



O autor exagera, a meu ver, a importância do que ele chama de “capacidade de investir” (ability to invest) nos países subdesenvolvidos, não limitada pela falta de economias disponíveis (savings) como nos países desenvolvidos e sim pela “deficiência na capacidade de se aperceber das oportunidades de investimento” (pág. 40). Em outra ocasião ele refere o conceito ao que se propôs chamar de “capacidade de absorção” (pg. 37), segundo o qual a capacidade de um país de absorver capital pode ser menor do que a que corresponde aos fundos disponíveis “por motivos de escassez de preparo humano (skills)”.

Pode ser que isso seja uma observação do autor feita durante sua permanência na Colômbia. Mas não nos parece aplicável ao caso do Brasil. O Brasil sofre sem dúvida da escassez de “skills”, o que aliás explica a facilidade com que os bons operários ou técnicos europeus fazem carreira. Essa escassez de “skills” responde largamente pela baixa produtividade, especialmente pelo baixo “resíduo” a que acima nos referimos, mas não constitui o fator limitativo de investimentos.

Interpretada a "ability to invest" do autor como "ability to take decisions", então ela me parece inteiramente sem fundamento.

A aparente adesão do autor ao conceito de "polos de crescimento" de Perroux não pode tampouco passar sem reparos. Na medida em que o conceito procura traduzir o fato corriqueiro de que o desenvolvimento de um país não se processa uniformemente em tôdas as suas regiões e que êsse desenvolvimento sempre se processa a partir de centros irradiadores de maior potencialidade econômica (por sua posição geográfica, por seus recursos naturais ou por seu clima), não há como divergir.

Mas quando se estende êle à "criação" de novos polos de crescimento independentemente dos recursos da região e da natural propagação do desenvolvimento econômico, então êle se torna inteiramente inaceitável. No Brasil o "polo de crescimento" da Alta Paulista ou do Norte do Paraná (Marília, Londrina etc.) resultou da existência nessas regiões de uma fonte de riqueza, que irradiou para as regiões circunvizinhas e para o resto do país. Quando porém se trata de inverter o processo natural, isto é, de criar uma Siderurgia no Acre ou uma nova capital no Planalto Goiano, imaginando que êsses investimentos vão constituir polos de crescimento "para o país", então cai-se na mais perigosa das ilusões. Porque é essencial distinguir entre "polos de criação de riqueza" e "polos de absorção (sorvedouros) de riqueza". Brasília, por exemplo, não é um polo de criação e sim um polo de absorção de riqueza para ali transferida de tôdas as regiões do país. Assim também Belo Horizonte (a não ser pela proximidade da Belgo-Mineira) não constitui, como São Paulo, como Volta Redonda ou como Londrina um foco de irradiação de riqueza. Até porque só se pode irradiar o que se tem. Foram as transferências maciças de riqueza para a nova capital mineira, com recursos do Govêrno Federal e do Govêrno do Estado que acabaram por ali erigir uma cidade que já não é hoje simplesmente consumidora.

No penúltimo capítulo, que é de fato o último, desenvolve o autor algumas considerações sôbre as repercussões econômicas inter-regionais, que são interessantes para o caso do Brasil.

Não consegui entender o exemplo do açúcar (pg. 196) em que se figura o Norte como o Sul produzindo açúcar, o primeiro mais eficientemente que o segundo. Diz o autor que se fôsem dois países distintos, ambos tendo uma "vantagem comparativa" na produção do açúcar, o Sul também exportaria seu açúcar apesar de receber "uma menor compensação real dos seus fatores de produção", ao passo que se o Sul e Norte forem um só país, a "vantagem absoluta" do Norte impedirá a produção do Sul. Não me parece que assim seja. Se o Sul se contenta com menor remuneração a seus fatores (salários mais baixos, por exemplo), não há razão para que êle não possa concorrer com o Norte.

Observação muito justa e muito aplicável ao Brasil me parece a do autor quando diz que o Sul tem de pagar um alto preço pela elevada proteção aduaneira concedida às indústrias do Norte. O piauiense ou o pernambucano pagam hoje 3.000 dólares por um automóvel nacional que há quatro anos lhes custava 1.200 dólares. Como também paga a pesada sobrecarga dos "impostos estaduais de vendas mercantis", auferido pelos governos dos Estados Industriais mas pago pelos consumidores nacionais dos produtos.



Por fim quero observar que falta ao livro tão interessante de Hirschman "como a todos os demais do gênero" um capítulo baseado na observação do tão freqüente comportamento "negativo" dos governos dos países subdesenvolvidos.

O que retarda o desenvolvimento desses países não é tanto a falta de capital ou da "capacidade de investir ou de absorver" e sim os empecilhos criados a êsse desenvolvimento pelos maus governos. É a inflação crônica quando não aguda, é o conseqüente desequilíbrio do Balanço de Pagamentos; são as manipulações arbitrárias das taxas cambiais com prejuízo das exportações, são as tarifas aduaneiras arqui-protecionistas e desestimulantes e "last but not least" o descaso pelo problema da Educação, isto é, da formação do homem capaz para o desenvolvimento do país.